

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 6 | Nº 16 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4724713>



CUBA, UM TERRITÓRIO LIVRE DA AMÉRICA? UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS NA ILHA

Lucas Barroso¹

Resumo

Neste ensaio aborda-se as históricas e atuais intervenções político-militares dos Estados Unidos em Cuba. O objetivo do texto é apresentar como tais episódios impediram e impedem o pleno desenvolvimento do país, agravados após o desenrolar da Revolução de 1959. Para o desenvolvimento desse trabalho, são analisados fontes secundárias brasileiras e documentos cubanos, com o intuito de apresentar como tais processos são representados nas duas sociedades.

Palavras chave: Cuba. Estados Unidos. Imperialismo. Intervenção.

Abstract

This essay discusses the historic and current political-military interventions of the United States in Cuba. The objective of the text is to present how such episodes prevented and prevent the full development of the country, aggravated after the development of the 1959 Revolution. For the development of this work, Brazilian secondary sources and Cuban documents are analyzed, in order to present how such processes are represented in both societies.

Keywords: Cuba. Imperialism. Intervention. United States.

INTRODUÇÃO

Após o desfecho vitorioso da Revolução Cubana em 1959, o empreendimento dos guerrilheiros revolucionários era realizar uma inovação poucas vezes vista no continente latino-americano: impedir ações intervencionistas e imperialistas dos Estados Unidos no país. Esse projeto nacionalista estava muito evidente na nova atualidade cubana. Não é à toa que no aeroporto internacional de Havana, o principal do país, um letreiro gigantesco apontava – e ainda aponta – a nova direção da sociedade: “Cuba, território livre da América”. Sobre esse esforço antiimperialista, cabe uma indagação: quando Cuba realmente tornou-se um território livre [dos Estados Unidos] da América? Para responder essa questão, é necessário que voltemos à história recente da ilha e façamos uma análise das intervenções estadunidenses no país e de sua mais pura antítese: a Revolução Cubana (1959).

Os primeiros anos da década de 1960 revolucionaram a história da humanidade, resultando em episódios que definitivamente marcaram o fazer histórico. Não é à toa que, mesmo compreendendo a

¹ Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e licenciando em História pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Email para contato: lucas.barroso@ufrj.br



fase de maior tensão da Guerra Fria entre EUA e URSS, o período faz parte da “Era de Ouro”, segundo a organização metodológica realizada por Eric Hobsbawn (1917-2012) em sua análise sobre o século XX (1995). Obviamente, o continente americano não ficou alheio a tais transformações mundiais e, por alguns anos, a própria América foi o centro das atenções das imprensas mundiais. Mais especificamente uma ilha com um pouco mais de 7 milhões de habitantes na época concentrou os holofotes da então conturbada geopolítica mundial: Cuba.

O último ano da década de 1950 marcou o início de um processo revolucionário no país que encerrou o regime ditatorial de Fulgêncio Batista (1952-1958), instaurou um governo popular que perdura até os dias de hoje e influenciou a constituição das “novas esquerdas” latino-americanas (SILVA, 2016). Sendo um dos exemplos mais emblemáticos do século das revoluções socialistas no Terceiro, esse episódio histórico alterou a qualidade de vida da população, humanizando serviços básicos e incorporando o povo à política nacional antes distanciada propositalmente, sendo também um marco prático da circulação de ideias latino-americanistas no continente (SILVA, 2016, p. 29). Dessa forma, para entender o desenrolar e o desfecho da Revolução Cubana (1959) é importante que se analise a conjuntura histórica que permitiu sua eclosão e suas consequências para as relações geopolíticas mundiais, posto que as tentativas e as investidas intervencionistas dos EUA – diferentemente como se propôs naquele letreiro no aeroporto de Havana – até hoje marcam a história recente do país.

Não obstante, para bem compreender esse acontecimento histórico, bem como todas as revoluções do século XX, é preciso que o analise a partir do contexto dos movimentos antirreacionários que se sucederam no século XVIII, resultando na eliminação do colonialismo mercantilista e do Antigo Regime. Dessa forma, é imprescindível aprofundar o debate sobre as influências desse período na História da América Latina e mais precisamente na História de Cuba, tendo como norte as suas relações com os Estados Unidos, a potência imperialista do continente.

Nesse sentido, nesse presente ensaio, temos como objetivo abordar as históricas e atuais intervenções político-militares dos Estados Unidos em Cuba, tendo, em ambas, como pano de fundo a justificativa contraditória de apoio à liberdade ao povo cubano. Para tal empreendimento, partiremos do final do século XIX, início do processo de independência na ilha, até a atualidade, marcada pelo avanço neoliberal e pelo reacionarismo típico da contemporaneidade. Dessa forma, pensando nesse escopo temporal bem definido, foram utilizados dados documentais oriundos de pesquisas realizadas em Cuba e no Brasil, além da adoção de fontes secundárias como base da escrita desse breve ensaio.



A DUPLA DEPENDÊNCIA NA HISTÓRIA DE CUBA: DA COLONIAL À IMPERIALISTA

Em 1898, Cuba foi a última colônia da América Latina a tornar-se independente do decadente Império Espanhol, sendo um dos últimos bastiões do poderio hispânico no continente. Tal processo foi resultado de duas guerras de independência. A primeira, liderada pelo proprietário de engenhos Carlos Manuel de Céspedes (1819-1874), terminou quatro anos após a morte de seu líder em combate, sendo decorrente da derrota dos setores mais radicais, liderados pelo general Antonio Maceo (1845-1896). O grande símbolo desse primeiro conflito foi José Martí (1853-1895), político cubano que, desde esse período, alertava sobre o perigo das interferências imperialistas dos Estados Unidos na autonomia da ilha (SILVA, 2016, p. 28). Já a segunda guerra, após a intervenção dos EUA, durou poucos meses e foi finalizada com a assinatura de um armistício entre a Espanha e os Estados Unidos e um tratado de paz que reconhecia a independência de Cuba em 10 de dezembro de 1898.

Durante o início do século XIX, a política externa estadunidense se deu pelo isolacionismo mundial, evitando o envolvimento direto nas disputas entre as potências da Europa. Entretanto, na segunda metade do século, o país efetivamente começou a demonstrar suas forças no continente latino-americano. Com a invocação explícita da Doutrina Monroe (1823-1904), em resposta ao empreendimento recolonizador da Santa Aliança, os EUA defenderam o mútuo isolamento de todo o continente em relação à Europa, tendo o país como a liderança local desse processo que “nunca foi formalmente abandonada pelos sucessivos governos norte-americanos” (AYERBE, 2004, p. 41-42).

A segunda guerra de independência (1895-1898), mesmo com a inevitável concretização de vitória dos independentistas, contou com a participação norte-americana, que declarou guerra à Espanha após o navio *Maine* ter sido explodido e afundado em 15 de fevereiro de 1898, que matou 260 marinheiros, quando estava ancorado no porto de Havana. Sobre esse incidente, um relatório posteriormente feito pelo Almirante Hyman Rickover (1900-1986) concluiu que o acidente iniciou dentro do navio, provavelmente decorrente de um incêndio em um bunker, o que descartou a hipótese de sabotagem espanhola, mas mesmo assim foi usado como justificativa e pretexto para a intervenção (SCHOULTZ, 2000).

Com a concretização formal da independência do país, em virtude da expansão econômica dos EUA no pós-Guerra Civil (1861-1865) e da ampliação das fronteiras simbólicas dos lucrativos processos produtivos, Cuba se tornou um país-chave para o desenvolvimento industrial estadunidense. Dessa forma, para garantir o pleno cumprimento dos interesses estadunidenses na ilha, em poucos meses após a emancipação do Império Espanhol,



O país passa a ser ocupado por tropas norte-americanas, e se estabelece um governo provisório encabeçado pelo general John R. Brooke, que permanece no poder até 20 de maio de 1902, quando toma posse o primeiro presidente eleito do país, Tomás Estrada Palma, do Partido Revolucionário Cubano (PRC), fundado por José Martí em 1892. As tropas norte-americanas abandonam Cuba em 1903, um ano após terem imposto a emenda Platt (AYERBE, 2004, p. 24).

Do ponto de vista da ilha, a partir desse momento, “Cuba percebeu que não era um país à parte, mas uma península comercial dos Estados Unidos” (MÁRQUEZ, 2006, p. 197) e que estava suscetível à toda manobra golpista da potência norte-americana, como aconteceu com a emenda Platt. Proposto pelo senador americano Orville Platt (1827-1905), esse dispositivo legal presente na constituição cubana estabelecia o direito outorgado aos EUA de poderem intervir na ilha para proteger a autonomia do país frente à Europa, além de garantir concessões de terras estratégicas para a economia e a política da potência estadunidense, como ocorreu com a construção de uma base militar na baía de Guantánamo, por exemplo.

Tendo interesses comerciais que variavam desde o açúcar até o manganês, a atuação monopolista dos EUA na ilha alterou o caráter estrutural da propriedade cubana, gerando um processo ainda maior de concentração de terras, de meios de produção e de subordinação. Além disso, a presença estadunidense no país marcou um processo de diferenciação entre a independência de Cuba e os outros processos emancipatórios no continente latino-americano, uma vez que, no país, o colonialismo em declínio foi substituído por um imperialismo em ascensão, frustrando as expectativas de liberdade e soberania tão almejadas pelo movimento de independência (AYERBE, 2004, p. 22-25).

Essa intervenção desmedida dos Estados Unidos em Cuba interferiu na autonomia econômica da ilha. No país insular, as indústrias do tabaco e, principalmente, do açúcar dependiam dos consórcios estadunidenses em sua totalidade e tudo o que era consumido na ilha era fabricado nos Estados Unidos, seja em seu próprio território ou mesmo dentro de Cuba. Essa dependência estava visível nos procedimentos comerciais cubanos. Segundo dados levantados por Gabriel García Márquez (1927-2014), em seu texto “Os cubanos diante do bloqueio” (2006), “Cuba importava dos Estados Unidos quase trinta mil artigos úteis e inúteis para a vida cotidiana” (p. 197).

Em virtude dessa submissão econômica fruto do imperialismo, a industrialização cubana antes de 1959 foi chamada pelo próprio jornalista colombiano de ilusória, uma vez que “as poucas fábricas de artigos simples instaladas em Cuba para utilizar a mão-de-obra barata eram montadas com maquinaria de segunda mão já obsoleta em seu país de origem”. Além disso, nesse período, o proletariado técnico mais qualificado da ilha era majoritariamente composto por cidadãos estadunidenses e a maioria dos escassos técnicos cubanos era atraída para outros centros econômicos mundiais (MÁRQUEZ, 2006, p. 198).



INÍCIO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CUBA: DO NACIONALISMO ANTIDITATORIAL AO SOCIALISMO ESTRATÉGICO

Em meio a essa realidade contrária à autonomia cubana, figuras ditatoriais e democráticas ascenderam politicamente no país. Dentre elas, Fulgêncio Batista destaca-se como o mais contraditório e subserviente possível. O seu primeiro governo (1940-1944) foi associado à oposição contra a ditadura de Gerardo Machado, militar admirador de Benito Mussolini que governou o país entre 1925 e 1933. Sobre esse período, a ascensão de Batista se deu no interior do movimento de sargentos na luta antiditatorial que, aliado à sua origem operária, culminou na sua posse presidencial em 1940, tendo apoio do Partido Comunista que seguiu a recomendação antifascista da III Internacional. Seu governo, que gradativamente estava perdendo adeptos, durou até 1944 quando foi impedido pela Constituição de tentar sua reeleição.

Posteriormente, após alguns anos de instabilidade política no país, Batista retornaria ao poder. Mas agora se valeria de vias golpistas, possuindo apoio contundente dos EUA contra o nacionalismo antiimperialista que estava surgindo em Cuba. Em 10 de março de 1952, o golpe militar liderado por Fulgêncio Batista interrompeu um período de frágil democracia no país. Além disso, também impediu que figuras políticas que acreditavam na legalidade pudessem participar do caminho da política institucional. Dentre essas lideranças em ascensão política, destacava-se Fidel Castro, advogado e candidato a deputado pelo Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) às eleições de 1º de junho daquele ano, anuladas pelo golpe de Batista.

Além do cerceamento das liberdades individuais, a ditadura de Fulgêncio foi marcada por uma piora da qualidade de vida da população, em prol da garantia dos interesses dos EUA na ilha. Nos três primeiros anos de seu governo, por exemplo, o número nacional de desempregados quase duplicou: passando de 8,4% para 16,4% entre 1953 e 1956 (MARIFELI, 1999). Em consonância com o sucateamento do emprego formal em Cuba, as importações cubanas de produtos estadunidenses atingiam números exorbitantes: entre 1958 e 1959, o país foi o maior comprador dos EUA, desembolsando um total de 144.330 dólares nesse período (DEL TORO, 2003). Dessa forma, ao invés de investir na modernização das precárias e concentradas estruturas cubanas, o governo de Fulgêncio Batista se curvou perante o imperialismo estadunidense e, com isso, impediu o pleno desenvolvimento do seu país.

Por conta dessa subserviência que violava a soberania de Cuba, esse período contou com uma forte resistência por parte da ampla sociedade civil. Meses após o golpe, em 1953, o movimento antiditatorial, que já se organizava em torno dos jovens liderados por Fidel Castro, atingia um número



expressivo de militantes e simpatizantes, chegando a aproximadamente 1.200 adeptos revolucionários, dentre formais e informais (AYERBE, 2004, p. 29-30).

Dentre vitórias estratégicas e derrotas irreparáveis, a partir de dezembro de 1958, o programa revolucionário dos guerrilheiros começou a ganhar força em virtude de um duplo motivo: há uma insatisfação popular que rodeia os setores populares do campo e da cidade; e há uma crise nos setores dominantes, gerando rompimentos e enfraquecimento entre as elites. Assim, em meio a esse cenário favorável, as guerrilhas avançaram no território e conquistaram importantes áreas, implementando as primeiras experiências de reforma agrária na ilha, o que faz com que o apoio popular aumentasse cada vez mais.

Sobre os seus objetivos, vale destacar que:

No programa inicial da revolução, [...] a medida mais radical quanto à mudança estrutural era a reforma agrária. No restante, previam-se ações direcionadas a melhorar as condições de vida do povo (aumentos salariais, direitos trabalhistas, diminuição de aluguéis residenciais etc.) ou diversificar o perfil econômico do país, fortalecendo a industrialização (AYERBE, 2004, p. 61).

A vitória dos revolucionários se concretizou em 08 de janeiro de 1959, quando assumem o poder de Cuba. Com o advento da Revolução, espaços privados, antes destinados exclusivamente à elite cubana, passaram a se tornar lugares públicos para as camadas mais pobres do país. Isso se deu pelo fato de que, por meio desse processo

[...] o poder de compra da população urbana e rural aumentara de modo considerável em um ano. As tarifas de luz, telefone, transporte e serviços públicos se reduziram a níveis humanitários. Os preços dos hotéis, dos restaurantes e dos transportes caíram drasticamente, e se organizavam excursões especiais do campo para a cidade e da cidade para o campo, que em muitos casos eram gratuitas. Por outro lado, o desemprego diminuía a passos largos, os salários subiam, e a reforma urbana aliviou a angústia mensal dos aluguéis, e a educação e o material escolar nada custavam (MÁRQUEZ, 2006, p. 201).

Mesmo com a tomada do poder pelos revolucionários nacionalistas, a reação inicial dos Estados Unidos foi apenas de advertência formal na imprensa. O que mudou nessa relação foi a instauração da Lei de Reforma Agrária, assinada em 17 de maio de 1959, e com a criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra), o que desencadeou confrontos diretos entre os objetivos nacionalistas da Revolução e os interesses políticos dos EUA na ilha. A partir desse momento, entre 1960 e 1962, sanções estadunidenses começaram a ser aplicadas contra o país: restrição à venda de combustíveis; redução da cota de importação de açúcar cubano; rompimento de relações diplomáticas; decretação de bloqueio econômico e naval.

Em meio a essa realidade, a saída encontrada para fazer frente aos Estados Unidos foi o



alinhamento estratégico e ideológico à União Soviética, em consonância com o desenvolvimento de uma economia centralmente planejada. No dia após o bombardeamento americano a quartéis e aeroportos cubanos em 15 de abril de 1961, Fidel Castro proclamou o caráter socialista da Revolução, unindo-a ao antiimperialismo revolucionário (SILVA, 2016, p. 44) e, principalmente, reforçando uma aliança econômica de meses atrás entre o país e o Bloco Soviético.

Nesses acordos político-econômicos com os países aliados à União Soviética, além de subsídios a ilha, o comércio e o consumo cubano foram aquecidos. Isso porque Cuba exportava produtos primários, como açúcar e tabaco, e importava produtos industrializados e combustíveis, ambos com preços vantajosos aos compradores e vendedores (SANTORO, 2010, p. 131). Sobre a compra de compostos energéticos, a cada ano, a única fonte de energia para a ilha eram os cinco milhões de toneladas de petróleo que os petroleiros soviéticos transportavam dos portos do Báltico para os portos cubanos - distantes 12 mil quilômetros - com frequência de um navio a cada cinquenta e três horas (MÁRQUEZ, 2006, p. 206).

Por esse fato da distância geográfica entre produtores e consumidores, mesmo com acordos vantajosos com o Bloco Soviético, o bloqueio econômico dos Estados Unidos à sociedade cubana trouxe problemas logísticos para o país, uma vez que, devido ao isolacionismo regional forçado pela superpotência norte-americana,

Cuba viu-se obrigada a reorientar seu comércio para regiões distantes, encarecendo, conseqüentemente, suas exportações e importações: as primeiras se fazem menos competitivas e as segundas provocam fortes egressos no balanço de pagamentos em conceito de transporte de cargas (MORALES DOMINGUEZ; PONZ DUARTE, 1987, p. 162 *apud* AYERBE, 2004, p. 63).

Mesmo com dificuldades geográficas e logísticas, formou-se uma forte relação de dependência mútua entre os países do Bloco Soviético, principalmente se analisarmos a realidade cubana. Quantificando a volumetria do comércio exterior entre eles é possível compreender a magnitude dessa relação econômica quase simbiótica. Só em 1987, as exportações cubanas de açúcar para os países socialistas correspondiam a 63% do total; os cítricos, 95%; e as peças e componentes eletrônicos, 100%. Por outro lado, Cuba dependia de 74% das importações de manufaturas; 80% das máquinas e equipamentos; 86% de matérias primas; e 98% de compostos energéticos (LARA, 2001, p. 35).



ATUALIDADE EM CUBA: DO FIM DO BLOCO SOVIÉTICO AO REACIONARISMO NEOLIBERAL

Com a dissolução da União Soviética e de seu Bloco em dezembro de 1991, os arranjos econômicos entre a superpotência mundial e Cuba chegaram ao fim. Por conta disso, aliado à intensificação dos gargalos impostos pelo histórico bloqueio norte-americano, a economia da ilha sofreu uma forte retração, passando pelo choque mais brutal desde a eclosão da Revolução (SANTORO, 2010, p. 131). Em números, entre 1990 e 1994, o PIB da ilha decresceu 36%; as exportações e as importações, 80% e 73%, respectivamente. (PÉREZ-LÓPEZ, 2008, p. 170; DOMINGUES, 2008). Conseqüentemente, aliado a uma escassez de produtos básicos, o poder de compra dos cidadãos de Cuba diminuiu rapidamente. Com isso, determinados estoques esgotados do comércio local demoravam até anos para serem minimamente repostos novamente. Devido a isso, medidas que apenas seriam implementadas em caso de guerra foram colocadas em prática, como o racionamento de alimentos, por exemplo.

Em meio ao avanço neoliberal no mundo capitalista e às pressões estadunidenses, para tentar contornar essa situação caótica, medidas reformistas foram implementadas na ilha. Dentre elas, para conter o agravamento da crise, acelerou-se a criação de associações nacionais com o capital estrangeiro, além da eliminação do monopólio estatal do comércio externo e o reconhecimento da propriedade mista, por exemplo. Mesmo tentando manter princípios socialistas na ilha, essa repaginação diastólica da economia cubana gerou uma expansão social das relações mercantis e uma descentralização do planejamento econômico no país, que influenciam o modo de vida da sociedade cubana até os dias atuais (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 9-10).

Em meio a essa recente abertura na economia centralmente planejada de Cuba, novas reformas têm sido implementadas na ilha. Com intuito de fazer frente na economia internacional em meio à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus e pela intensificação da repressão econômica do governo de Donald Trump (2017-2021), a partir de 1º de janeiro de 2021, mais medidas reformistas foram aplicadas no país, como: a redução de subsídios estatais a empresas e a unificação monetária e cambial, por exemplo.

CONCLUSÃO

É fato que os empreendimentos burgueses de desmonte do Estado socialista em Cuba têm se intensificado ao longo dos anos no século XXI. Desde o início da década de 1960, a grande liderança



desse processo têm sido os Estados Unidos, que, se valendo de um discurso de apoiar a liberdade em Cuba, tem historicamente reprimido o principal governo popular das Américas. Em meio uma brava resistência da ilha à histórica escalada imperialista dos EUA, cabe uma nova indagação: até quanto tempo Cuba será realmente um território livre da América?

A histórica relação entre Cuba e Estados Unidos marca a histórica da América Latina. Diferentemente como se propôs naquele letreiro gigantesco no aeroporto de Havana, a escalada imperialista da potência estadunidense impede a plena liberdade econômica, política e social no país cubano. O governo de Cuba pode tentar reafirmar a sua tese de que é um território livre da América, mas assim só será quando a sua autonomia perante o imperialismo acontecer de fato. Para tal, uma saída latino-americanista frente ao domínio dos EUA é a melhor solução já pensada a política interna no continente.

REFERÊNCIAS

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina**. A construção da hegemonia. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CARCANHOLO, M. D.; NAKATANI, P. “CUBA: socialismo de mercado ou planificação socialista?” **Revista de Políticas Públicas**, vol. 10, n. 1, 2006.

DEL TORO, C. **La alta burguesia cubana**. 1920-1958. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

DOMINGUES, J. M. “A Revolução Cubana entre o passado e o futuro”. **Observatório Político Sul-Americano do Iuperj. Análise de Conjuntura**, n. 3, 2008.

GARCÍA, J. L. R. “A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010)”. **Estudos Avançados**, vol. 25, n. 72, 2011.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX**. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LARA, J. B. **Cambios mundiales y perspectivas**. Revolución Cubana. Havana: La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1999.

MARIFELI, P. **The Cuban Revolution**. New York: Oxford University Press, 1999.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Reportagens políticas: 1974-1995**, vol. 4. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

PÉREZ-LÓPEZ, J. “Tiempos de Cambio: tendencias del comercio exterior cubano”. **Revista Nueva Sociedad**, n. 216, 2008.



SANTORO, M. “Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, n. 1, 2010.

SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão**. Bauru: Edusc, 2000.

SILVA, I. P. P. “**Por ti, América**”: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria (Tese de Doutorado em História Social). Niterói: UFF, 2016.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 6 | Nº 16 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima